

Não é o ideal, mas um começo

"É um bom começo. Ainda não foi o ideal, mas pelo menos andou-se para a frente, e não para trás, como se vinha fazendo", comentou o tributarista Carlos de Larocque, a propósito do "pacote" fiscal anunciado pelo governo.

Para Larocque, "se o pacote é mesmo no estilo Robin Hood, como andam dizendo, faltou o Little John, que era o braço direito do famoso arqueiro. Isto porque o governo deixou de fora os que se beneficiaram com isenções de impostos nos últimos anos, como os parlamentares, os magistrados e os militares".

Segundo o tributarista, as pressões e os diversos "lobbies" funcionaram, e não se inclui no "pacote" uma maior taxação sobre a cédula G (agropecuária) da declaração de Imposto de Renda, tributos sobre herança ou patrimônio e imposto sobre os mercados primário e secundário de ações. "De qualquer maneira foi positivo, por que o assalariado sairá beneficiado."

Eficiência está sendo penalizada

Vilmar Schurmann, diretor geral da Ceval Agroindustrial, de Gaspar (SC): "O pacote fiscal ao tributar as empresas de maior porte e lucrativas está penalizando a eficiência. Para fugir ao sistema de concentração tributária, as grandes companhias, que atuam em vários setores, retrocederam nos seus projetos. O governo vai forçar a criação de pequenas empresas e isso não é bom para a economia".

As medidas merecem elogios

Luiz Octávio Vieira, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS): "O importante é o delineamento nítido de um posicionamento político bem mais amplo que o presidente José Sarney pretende imprimir, assegurando o fim da marginalização, da miserabilidade. E essa vontade do governo de res-

tuar a justiça social é que é de se elogiar. Com estas medidas há uma vontade de se fazer um país grande, digno, honesto, onde a democracia esteja assegurada. As medidas de contenção do déficit público merecem elogios, mas quero ver se realmente serão efetivadas. Há quem diga que num país como o nosso é preciso que haja certo grau de déficit público como fator indutor de desenvolvimento — basicamente o keynesiano. Agora, no Brasil, nós já passamos há muito da época do keynesianismo e estamos há muito na época do caos".

O déficit vai balizar a economia

Mário Henrique Simonsen, ex-ministro da Fazenda e diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV): "Correto o pacote fiscal agora anunciado pelo governo, mas, o corte de gastos deveria ser mais drástico para reduzir o déficit do setor público". Segundo Simonsen, é o déficit público que vai balizar a política econômica em 1986. Quanto ao uso de um índice do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como parâmetro para a correção monetária cambial, o ex-ministro já tinha dito, em declarações a este jornal, que, em sua opinião, não existem problemas em relação a isso. "A existência de dois índices só serve para que um aprimore o outro", afirmou.

Falta ainda apoio à agricultura

Olacyr Francisco de Moraes, empresário rural e presidente do grupo Itamarati: "Não deixa de ser um esforço do governo as medidas anunciamas sobre os recursos de Cr\$ 22 trilhões para formação de estoques e subsídios em 1986 à agricultura, assim como Cr\$ 2,1 trilhões para o programa de reforma agrária e o subsídio ao leite e a alimentos básicos à população carente. Mas, sob o ponto de vista de uma avanço efetivo da agricultura brasileira, pouco representam. Subsidiar alimentos e leite é uma obrigação social e para isso o governo já tem verbas específicas que, no entanto, foram nos últimos anos pouco utilizadas com esse objetivo. Quanto aos

Cr\$ 22 trilhões a serem utilizados na formação de estoques, serão recursos absolutamente insuficientes. Após uma má comercialização da atual safra, em que o produtor que não vendeu ao governo logo após a colheita teve prejuízo, pois o mercado não melhorou, a tendência na próxima safra será novamente entregar a safra. Quanto aos recursos para reforma agrária, considero que poderão ter algum efeito positivo do ponto de vista social mas pouca influência terão sobre o aumento da produção agrícola. A primeira vista, o 'pacote' econômico do governo não atende ao problema básico da agricultura, que é criar um verdadeiro apoio para que a produção agrícola efetivamente cresça nos próximos anos".

Benefício ao ideal democrático

Fabio Meirelles, presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo disse à Empresa Brasileira de Notícias que o setor agrícola entende ser fundamental a consolidação do processo político brasileiro para o fortalecimento da democracia. "Se

não tomarmos medidas concretas e corajosas no campo econômico, não vamos manter o ideal democrático." Defendeu um equilíbrio justo na cota de sacrifício exigida da iniciativa privada e da área estatal e lembrou que grande esforço já vem sendo feito no sentido de disciplinar os gastos governamentais.

Difícil manter as exportações

Laerte Setúbal Filho, da Duratex: "Se a inflação é de 15% e o IPCA de 11,12% já temos, só em novembro, um diferencial de 3,88% na correção cambial. Isso, num momento em que a defasagem cambial já exige uma minidesvalorização de 10%, é mais desestímulo ao exportador. Por isso o superávit comercial de 1986 está muito nebuloso para nós. Afinal, o protecionismo cresce a cada dia, há um clima no exterior de represália contra o comércio brasileiro, as exportações dão cada vez menos lucros e o aquecimento do mercado interno leva as empresas a darem aos seus negócios de exportação um tratamento secundário. A projeção da Associação dos Exportadores Brasileiros



Laerte Setúbal

(AEB), de um superávit de US\$ 11 bilhões, não será fácil de ser conseguido".

Quase nada mudou na política

Jorge Aloizio Weber, presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado do Paraná: "Parece que a Nova República está ficando idêntica à Velha, pois não mudou em praticamente nada sua política. O governo continua, como antes, partindo para uma política de aumento da receita através de pesadas cargas de im-

postos. Nós aceitamos o 'pacote' em parte, mas estamos preocupados com os desdobramentos de outras medidas que ele contém, porque pode torná-lo altamente inflacionário. Acho justo que a sociedade contribua para resolver a crise, mas o governo também tem de impor sacrifícios às suas estatais. Acho que o governo politicamente vai ser prejudicado com este 'pacote' porque deverá haver pressão do Congresso contra muitas medidas adotadas. Nós continuaremos com os orçamentos da União desequilibrados se depender desse 'pacote'".

As bolsas acabarão mais fortes

Alfredo Grumser Filho — Um dos mais ativos investidores em papéis da Vale do Rio Doce: "O mercado acabará fortalecido com o pacote. Nós estamos na mesma situação de quando o presidente Tancredo Neves morreu.

Depois que se consumou o fato, o mercado subiu. A taxação de 0,5% sobre o valor do prêmio e mais 0,5% no exercício da opção não inviabilizará os negócios. No exercício de uma opção de Cr\$ 1000 não será 0,5% o

que fará você mudar de idéia".

Queda lenta e gradual dos juros

Fernão Bracher, presidente do Banco Central, disse à Empresa Brasileira de Notícias (EBN) que o "pacote" de medidas econômicas divulgado pelo governo deve permitir a queda gradual e lenta das taxas de juros. As medidas não emitirão, entretanto, eventuais altas das taxas, que precisam ser consideradas como normais. "Abandonamos, de vez, os níveis de taxas de juros mais altos do mundo."

Prejuízo para pessoas físicas

Rene Izoldi Ávila, tributarista — "O pacote é altamente benéfico às pessoas jurídicas e prejudicial em alto grau às pessoas físicas, ao contrário do que afirma o ministro da Fazenda. Primeiro, porque ele compara a redução do

Imposto de Renda na fonte, dos assalariados, com a situação atual (tabela reajustada em julho), quando deveria comparar com a tabela corrigida de janeiro. Mesmo nas faixas salariais inferiores, a vantagem é muito pequena, pois a simples correção da tabela atual elevaria o teto de isenção para Cr\$ 2,4 milhões. Há uma flagrante desonestade na mensuração do benefício, que será inteiramente anulado, porque o imposto retido na fonte será menor mas não terá correção. Quanto à pessoa jurídica, alíquotas especiais serão prorrogadas, os lucros de venda de imóvel não serão tributados".

Mudaram o papel e as fitinhas

Guilherme Afif Domingos, presidente da Associação Comercial de São Paulo: "Mudaram o papel e as fitinhas. O conteúdo é o mesmo. Esse pacote deverá produzir Cr\$ 60 trilhões de receitas adicionais, o que equivale a um aumento de 20% sobre a receita tributária do orçamento de 1986. Não há mágica capaz de fazer com que uma drenagem de recursos dessa magnitude seja indolor para a sociedade".